

Processo: **NUP/80231/2021/CMP**

Porto, 18-11-2021

Referência: NUD/591129/2021/CMP

Local: **ARRÁBIDA (Travessa da) 374-396/ ARRÁBIDA (Rua da)**

Requerente: Leonor Pulido Valente Afonso

Assunto: Pré-avaliação de impacte arqueológico

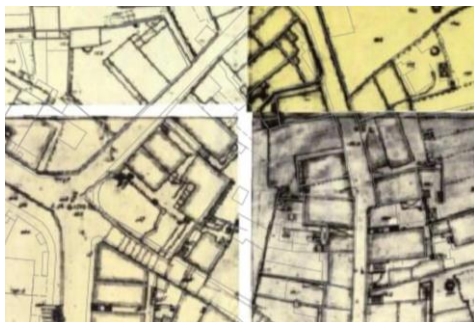
INFORMAÇÃO

1. O processo em epígrafe, que tem como antecedente os processos P/184327/19/CMP e P/418583/18/CMP, insere-se em área de salvaguarda arqueológica formalmente condicionada na *Carta de Património II – Património Arqueológico* da 2.ª revisão do Plano Diretor Municipal (**Área de Valor Arqueológico AVA 94 – Arrábida**), estando por isso sujeito, nos termos do artigo 97.º do respetivo Regulamento (Aviso n.º 12773/2021, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, de 8 de julho), a pré-avaliação de impacte arqueológico por parte da Divisão Municipal de Património Cultural/ Arqueologia, que informa sobre a necessidade de intervenções arqueológicas e as devidas condições de execução.
2. O lugar da Arrábida implanta-se no Monte com a mesma designação e o seu topónimo – de origem árabe – remete-nos para um local de oração ou para a existência de uma estrutura física com ela relacionada. O seu povoamento, de cariz rural, ter-se-á desenvolvido na vertente poente desse morro, numa chã mais recuada sobre a linha do rio Douro, sobranceira ao lugar ribeirinho do Ouro. Era junto a esse lugar, segundo as Inquirições de 1258, que a via romana - então designada por “via veteris” - fazia a sua travessia no rio Douro. Na plataforma superior do morro existiu um importante reduto liberal durante o Cerco do Porto (1832-1834), localizado próximo da vertente voltada ao Douro.
3. Da análise cartográfica da cidade do Porto podemos constatar que a moradia que se pretende recuperar e ampliar apenas surge representada, pela primeira vez, em 1940, acompanhada de outras edificações (Figura 1¹). Em finais do século XIX, no mesmo local, estávamos apenas em presença de terrenos agrícolas e as únicas edificações existentes concentravam-se unicamente na área leste do terreno (Figura 2²), o que poderá ter contribuído para a preservação de eventuais vestígios relacionados com a ocupação antiga do sítio e que importa conhecer e caracterizar. Ainda hoje são visíveis vestígios da construção a nascente, que poderia ter uma base de sustentação, se não anterior, pelo menos de finais do séc. XIX. As alterações ao projeto, que justificaram a nova

¹ Cartografia e sobreposição de cartas disponíveis em [GUIA Geovista \(cm-porto.net\)](http://guia.geovista.cm-porto.net).

² *Idem*.

consulta a este serviço, apresentam um maior grau de afetação do lote coincidindo com esta área de maior potencial arqueológico.



| Figura 1 - Planta de 1940



| Figura 2 - Planta de 1892

4. **Acréscere referir que, com vista à aplicação da lei 79/2017 de 18 de agosto, o azulejo de fachada (biselado e marmoreado) deve ser entendido como um bem de relevante valor patrimonial que importa preservar *in situ*, sendo a memória descritiva e as peças desenhadas do projeto omissas relativamente a esta matéria. O recurso à execução de réplica deve apenas ser considerado na colmatação das lacunas identificadas na fachada, após verificação da inexistência de azulejos iguais no Banco de Materiais do município. Para o efeito, solicita-se o contacto com o Banco de Materiais através do correio eletrónico: dmpc@cm-porto.pt.**
5. Da avaliação efetuada, através da análise da informação histórico-arqueológica disponível para o sítio e dos novos elementos do projeto, entendemos atualizar a condicionante definida pelo serviço no âmbito dos processos antecedentes (identificados no ponto 1 desta informação), pelo que **a execução da operação urbanística deverá ser enquadrada por intervenção arqueológica**, passando a contemplar **sondagens de avaliação prévia e acompanhamento em fase de obra**.
6. Para o efeito, em fase de projeto de arquitetura, o requerente será habilitado com documento que contemple as **Condições de Execução da Intervenção Arqueológica**, para promover a consulta a firmas ou profissionais da especialidade. Após adjudicação da intervenção arqueológica, será submetido à aprovação da entidade da tutela (Direção Regional de Cultura do Norte/ Direção de Serviços dos Bens Culturais) um Pedido de Autorização de Trabalhos Arqueológicos pelo(s) arqueólogo(s) diretor(es) científico(s).
7. Face ao exposto, nada temos a obstar à aprovação do presente pedido de informação prévia, devendo o processo ser novamente submetido à apreciação da DMPC/ Arqueologia em sede de licenciamento.

Carla Stockler
Técnico Superior – Arqueóloga
CMP.DMGC.DMPC